

ENTRE A REPRODUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA, DO TECNICISMO E DO NEOLIBERALISMO

Introdução:

A educação escolar tem sido marcada por diferentes concepções pedagógicas que refletem projetos sociais distintos. Nesse contexto, Paulo Freire critica a educação bancária, caracterizada pela transmissão mecânica de conteúdos e pela passividade dos alunos, o que dificulta a formação crítica. Além disso, a educação tecnicista, associada às demandas do mercado, reforça um ensino voltado para a memorização e para o desempenho, limitando o desenvolvimento reflexivo dos estudantes.

A partir do meu olhar como professora de História na rede privada, percebo que essas práticas ainda estão presentes no cotidiano escolar. Muitas vezes, não consigo desenvolver uma educação crítica, pois há uma cobrança por um ensino voltado à memorização, com limitações de tempo e forte pressão pelo cumprimento do conteúdo programático, o que acaba reforçando essas perspectivas já discutidas pela literatura.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre educação bancária, tecnicista e neoliberalismo, bem como discutir, a partir da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, possibilidades de construção de uma educação mais crítica e emancipadora.

Metodologia:

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de obras teóricas da área da educação. Para a construção da discussão, foram utilizados autores que problematizam a educação escolar em diferentes perspectivas, com destaque para Paulo Freire (1987) e Dermeval Saviani (2008), cujas contribuições orientam a análise crítica da educação bancária, do tecnicismo e de suas relações com o contexto neoliberal.

Os procedimentos metodológicos consistiram na leitura, seleção e análise de produções acadêmicas, incluindo o estudo de Oliveira (2023), que discute a relação entre educação profissional e neoliberalismo no Brasil. A análise foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar conceitos centrais e estabelecer articulações entre as diferentes abordagens teóricas e a realidade educacional observada na prática docente.

Resultados e Discussões:

A escola tem sido historicamente compreendida como um espaço fundamental para a construção de conhecimentos e para o estabelecimento de relações sociais. Trata-se de uma instituição responsável não apenas pela transmissão de saberes sistematizados, especialmente no campo das ciências, da cultura e das artes, mas também pela produção de aprendizagens que emergem das interações humanas no ambiente escolar. Ao longo do tempo, essa instituição tornou-se objeto de diferentes estudos e interpretações, que buscam compreender sua função social em distintos contextos históricos.

Nesse percurso, as dificuldades de aprendizagem também passaram a ocupar lugar central nos debates educacionais, sendo analisadas por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Essas dificuldades não podem ser compreendidas de forma isolada, pois estão diretamente relacionadas às condições didático-pedagógicas, às propostas curriculares e às

relações estabelecidas no contexto escolar, além de estarem inseridas em uma trama mais ampla que envolve fatores históricos, sociais, ideológicos e político-econômicos de cada época.

Desde sua constituição como instituição formal, entre os séculos XVII e XVIII, a escola já apresentava marcas de desigualdade. O acesso e a qualidade da educação variavam de acordo com a posição social dos indivíduos, sendo oferecido um ensino mais limitado e disciplinador às camadas populares, enquanto as elites recebiam uma formação voltada à manutenção de privilégios e à valorização do mérito individual. Esse modelo se desenvolve em um contexto de transformações econômicas, especialmente com o avanço da industrialização, que exigia a formação de sujeitos disciplinados e preparados para atender às novas demandas produtivas.

Nesse sentido, como analisa Michel Foucault, a partir do século XVIII, consolidam-se formas de controle social baseadas na disciplina, presentes em diversas instituições, incluindo a escola. A organização do tempo, dos corpos e das atividades escolares passa a cumprir uma função estratégica de regulação dos indivíduos, contribuindo para a formação de sujeitos adaptados às exigências sociais e econômicas de seu tempo.

Nas grandes oficinas que começam a se formar, no exército, na escola, quando se observa na Europa um grande progresso da alfabetização, aparecem essas novas técnicas de poder que são uma das grandes invenções do século XVIII (Foucault, 2003, p. 105).

Nesse contexto, a educação, que poderia assumir um papel transformador, acaba sendo incorporada à lógica da própria sociedade capitalista, funcionando muitas vezes como um instrumento de manutenção das desigualdades sociais. Como aponta Sader (2008), em vez de promover mudanças estruturais, a educação tende a reforçar os estigmas já presentes na sociedade. Isso ocorre porque a organização político-econômica passa a exigir um tipo específico de formação, voltada à instrumentalização dos indivíduos, função que a escola assume ao reproduzir esses modelos.

Além disso, mesmo diante de discursos pedagógicos contemporâneos que defendem uma educação mais crítica e participativa, práticas tradicionais ainda permanecem no cotidiano escolar. Nesse sentido, Fleuri (2008) destaca que a disciplina continua sendo amplamente utilizada como mecanismo de organização e controle, contribuindo para a formação de sujeitos voltados à obediência, mais do que à reflexão.

É nesse cenário, marcado pela permanência de práticas disciplinadoras e pela função reprodutora da escola, que a crítica de Paulo Freire (2020) ganha força. Ao problematizar as relações estabelecidas no processo educativo, o autor evidencia que a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas está profundamente vinculada às estruturas de poder da sociedade. Dessa forma, sua análise da chamada educação bancária surge como uma crítica direta a esse modelo de ensino que, ao priorizar a memorização e a passividade dos alunos, contribui para a manutenção de uma lógica de dominação, em vez de promover a formação de sujeitos críticos e atuantes.

Em Pedagogia do Oprimido (2020), Freire caracteriza a educação bancária como uma prática pedagógica em que o conhecimento é concebido como algo pronto e acabado, a ser depositado pelo professor nos alunos. Nesse processo, o educador assume uma posição central, enquanto os estudantes são colocados como receptores passivos, responsáveis por assimilar e reproduzir as informações transmitidas. Tal dinâmica impede o diálogo e a problematização da realidade, reduzindo o ensino a um processo mecânico e descontextualizado. Para o autor, essa forma de educação não é neutra, pois contribui para a adaptação dos indivíduos às condições

existentes, dificultando o desenvolvimento da consciência crítica e a possibilidade de transformação social

O necessário é que, subordinado, embora, à prática ‘bancária’, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o ‘imuniza’ contra o poder apassivador do ‘bancarismo’. (Freire, 2020, p. 27)

Nesse fragmento, Paulo Freire chama atenção para um ponto muito importante: mesmo inserido em uma prática educativa opressora, o aluno não está totalmente determinado por ela. Ao defender a “curiosidade” e o “gosto da rebeldia”, o autor valoriza o papel ativo do educando no processo de aprendizagem, mostrando que a construção do conhecimento pode ultrapassar os limites impostos pelo ensino bancário. Assim, a educação deixa de ser vista como um processo puramente passivo e passa a ser entendida como um espaço de possibilidade, em que a crítica e a autonomia podem emergir mesmo em contextos de controle.

A crítica à educação bancária permite compreender que essas práticas não se restringem a um modelo isolado, mas se reconfiguram ao longo do tempo, assumindo novas formas de acordo com as exigências sociais e econômicas. Nesse sentido, a educação tecnicista emerge como uma dessas reconfigurações, especialmente no contexto de consolidação de uma sociedade voltada para a produção e para o desenvolvimento industrial. Nesse modelo, o processo educativo passa a ser orientado por princípios de eficiência, racionalização e controle, aproximando-se da lógica empresarial. O ensino é fragmentado em objetivos específicos, e o conhecimento é reduzido a habilidades práticas, voltadas à execução de tarefas, o que limita a formação crítica dos estudantes.

Embora esse modelo tenha se consolidado em um determinado período histórico, seus princípios permanecem presentes na educação atual, sobretudo quando articulados ao avanço do neoliberalismo. Nesse contexto, a escola passa a ser cada vez mais orientada por uma lógica de mercado, em que o desempenho, a produtividade e os resultados mensuráveis se tornam centrais. A formação dos estudantes é direcionada para atender às demandas do mercado de trabalho, reforçando a ideia de que a educação deve preparar indivíduos competitivos, flexíveis e adaptáveis às exigências do sistema econômico.

Como discute Oliveira (2023), a educação, especialmente no campo profissional e tecnológico, tende a assumir um caráter cada vez mais instrumental, priorizando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à empregabilidade. Essa perspectiva contribui para uma formação fragmentada, em que o conhecimento perde seu caráter crítico e passa a ser valorizado principalmente por sua utilidade imediata. Além disso, reforça-se uma lógica meritocrática, na qual o sucesso ou fracasso é atribuído exclusivamente ao indivíduo, desconsiderando as desigualdades estruturais que atravessam o processo educativo.

Dessa forma, é possível perceber que a educação tecnicista, ao ser incorporada e intensificada pelo neoliberalismo, não rompe com a lógica da educação bancária, mas a atualiza, mantendo a centralidade da adaptação em detrimento da reflexão. Nesse cenário, a escola corre o risco de se tornar um espaço cada vez mais voltado à formação de sujeitos ajustados às exigências do mercado, em vez de promover uma educação comprometida com a criticidade e a transformação social.

Diante desse cenário, marcado pela permanência de práticas que limitam a formação crítica, torna-se necessário pensar em possibilidades de superação que não se restrinjam apenas

à denúncia dessas problemáticas. É nesse ponto que a contribuição de Dermeval Saviani se torna fundamental. Ao analisar os limites das teorias crítico-reprodutivistas, o autor reconhece sua importância na explicação das relações entre educação e sociedade, mas aponta sua insuficiência por não oferecer caminhos concretos para a prática pedagógica.

Segundo Saviani, ao afirmar que a escola apenas reproduz as relações sociais, essas teorias acabam por negar a possibilidade de uma atuação docente crítica e transformadora. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica surge como uma proposta que busca superar essa limitação, ao defender que a educação, embora condicionada pelas estruturas sociais, não está completamente determinada por elas. Assim, abre-se espaço para uma prática pedagógica consciente, capaz de intervir na realidade.

A pedagogia histórico-crítica propõe, portanto, a valorização do conhecimento sistematizado, entendido como um instrumento essencial para a compreensão da realidade e para a atuação crítica dos sujeitos. Diferentemente das perspectivas que esvaziam o conteúdo ou o reduzem a uma dimensão instrumental, essa abordagem defende que o acesso ao saber elaborado historicamente é condição fundamental para a emancipação. Como destaca Dermeval Saviani (2008), é necessário ir além da simples constatação dos mecanismos de reprodução e pensar em práticas pedagógicas que articulem ensino e transformação social.

Dessa forma, ao propor uma educação que une conteúdo e criticidade, a pedagogia histórico-crítica se apresenta como uma alternativa às limitações da educação bancária, do tecnicismo e das influências neoliberais. Mais do que adaptar os indivíduos às exigências do sistema, trata-se de possibilitar a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos.

Conclusão:

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender que a educação escolar, longe de ser um espaço neutro, encontra-se profundamente vinculada às estruturas sociais, políticas e econômicas de cada contexto histórico. A partir da crítica de Paulo Freire à educação bancária, foi possível evidenciar como práticas pedagógicas baseadas na passividade e na memorização contribuem para a manutenção de uma lógica de dominação. Essa perspectiva, ao longo do tempo, não desaparece, mas se transforma, assumindo novas configurações, como na educação tecnicista e, mais recentemente, no contexto neoliberal.

Nesse cenário, a escola passa a operar cada vez mais sob uma lógica de mercado, priorizando o desempenho, a produtividade e a formação de sujeitos adaptáveis às exigências do sistema econômico. Como discutido por Oliveira (2023), essa tendência reforça uma educação voltada à instrumentalização, esvaziando seu potencial crítico e contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. Assim, percebe-se que, apesar das mudanças nos discursos e nas práticas, a função reprodutora da educação permanece presente.

Diante disso, a contribuição de Dermeval Saviani se apresenta como fundamental ao propor uma alternativa que ultrapassa tanto a reprodução acrítica quanto a simples denúncia dessas limitações. A pedagogia histórico-crítica, ao defender a centralidade do conhecimento sistematizado articulado à formação crítica, aponta para a possibilidade de uma prática pedagógica comprometida com a transformação social.

Por fim, pensar a educação a partir dessa perspectiva implica reconhecer que o papel do professor não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a construção de práticas que possibilitem aos estudantes compreenderem a realidade em sua complexidade. Nesse sentido, mais do que adaptar sujeitos ao mundo tal como ele se apresenta, a educação deve assumir seu

potencial emancipador, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de questionar, resistir e transformar as estruturas que os cercam.

Palavras-chave: Educação bancária; Neoliberalismo; Pedagogia histórico-crítica.

Referências Bibliográficas:

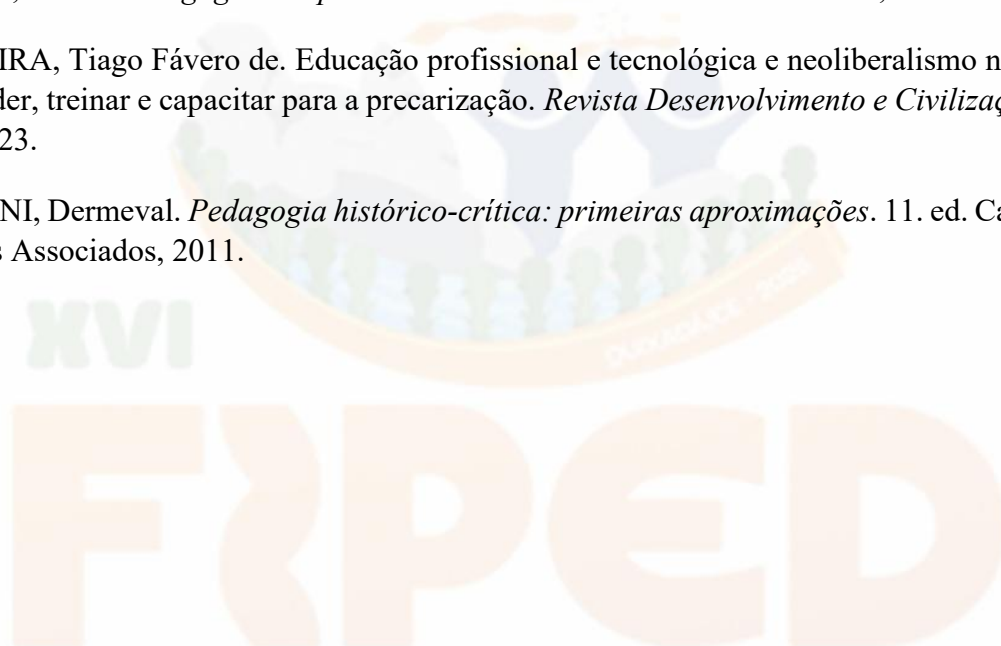
FLEURI, Reinaldo Martins. Entre disciplina e rebeldia na escola. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Educação profissional e tecnológica e neoliberalismo no Brasil: retroceder, treinar e capacitar para a precarização. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v. 4, n. 1, 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP